

Ata da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais. Às dezenove horas do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi iniciada a sessão sob a presidência do Senhor Geraldo Magela da Silva, que cumprimenta e dá boas-vindas a todos, solicitando ao Senhor Secretário Renato Aires de Oliveira que realizasse a chamada. A presença é confirmada pelos seguintes vereadores: Geraldo Magela da Silva, José Silvânia de Oliveira, Renato Aires de Oliveira, Fábio Nunes de Oliveira, Anderson Aparecido da Silva, José Orlando da Silva, Carlos Roberto Ribeiro, Joaquim Rodrigues de Jesus e Afonso Augusto de Oliveira Neto. Diante dos nove vereadores presentes, havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declara aberta a sessão e inicia sua fala abordando a pauta do dia, que incluía o seguinte projeto de lei: Projeto de Lei nº 937 que “Dispõe sobre alteração da Lei orçamentária anual (LOA) para o exercício financeiro de 2025.”. O Senhor Presidente informa também sobre a cerimônia especial de entrega de honrarias, que acontecerá no dia primeiro de março, em comemoração ao 62º aniversário de Presidente Kubitschek, contando com a presença de todos os vereadores. Além disso, informa que a demanda referente à denominação de logradouro público, descrita na reunião anterior, será resolvida em breve e que, na próxima reunião, irá apresentar um projeto relacionado ao programa Jovem Aprendiz. Dando sequência, o Senhor Presidente solicita ao Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 937 que “Dispõe sobre alteração da Lei orçamentária anual (LOA) para o exercício financeiro de 2025.”. Após a leitura, o Senhor Presidente informa que o Executivo necessita do projeto para adaptações na Lei Orçamentária Anual, sendo uma prática recorrente nesta Casa Legislativa. Como não houve mais manifestações. Em seguida o projeto é colocado em votação, momento em que é aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 937 que **“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.”**. Na sequência, Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Poliana Alves Brandão, foi convidada pelo presidente da Câmara e pelo vereador Fábio Nunes de Oliveira para falar a respeito do processo 1.1174.351, que tramita junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, referente ao concurso público realizado no município durante a administração do prefeito Lauro de Oliveira. A assessora informou que o processo foi deflagrado automaticamente pelo sistema, não havendo, portanto, qualquer tipo de denúncia em relação a possíveis fraudes no concurso público. Explicou que o Tribunal de Contas está investigando possíveis erros formais com relação ao concurso público, tais como a não publicação de emendas ao edital e o lançamento de valores a serem pagos pelo município aos aprovados no concurso, que são discrepantes em relação às leis municipais e às atualizações que deveriam ter sido feitas com base nessas mesmas leis. Explicou ainda que o ponto sensível na investigação realizada pelo Tribunal de Contas é justamente essa discrepância entre os valores dos vencimentos lançados no edital e a legislação municipal, sendo necessário que a procuradoria do município preste esclarecimentos eficientes ao Tribunal para que o concurso seja homologado. Informou ainda àqueles que foram aprovados que, caso o concurso não seja homologado, é possível pedir a restituição da taxa de participação, bem como responsabilizar o município

20

civilmente caso tenha havido alguma situação que lhes causou dano, deixando claro que é necessário provar que houve um dano configurado para que caiba a hipótese de reparação civil. Na mesma toada, respondeu ao questionamento dos municípios explicando que, de acordo com a teoria da perda de uma chance, o candidato que não prestou o concurso em outros municípios na mesma data, se houver comprovação de que poderia ter sido aprovado em outro município, terá a possibilidade de reparação civil fundamentada na referida teoria. Por fim, informou que o Poder Legislativo está colaborando para que o concurso seja homologado e solicitou que a informação sobre o processo seja buscada junto ao Poder Legislativo ou ao Poder Executivo, a fim de evitar Fake News e instabilidades sociais decorrentes de falas realizadas por pessoas que estão politizando a questão. No mesmo contexto, o vereador Renato Aires de Oliveira solicita um aparte durante a fala da Assessora Jurídica para informar que o ofício e toda a documentação acostada do Tribunal de Contas estão disponíveis para consulta pública. Ele também parabeniza a Senhora Poliana pela explicação. O vereador Anderson Aparecido da Silva destaca que todos os vereadores estão empenhados em buscar informações sobre essa demanda e também agradece os esclarecimentos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente agradece à Assessora Jurídica pela explicação detalhada acerca das dúvidas relacionadas ao concurso público. Passada a palavra franca aos vereadores, o vereador Renato Aires de Oliveira faz uso da palavra para informar que, conforme indicação do Executivo, ele responderá como Líder de Governo a partir da próxima reunião. Passada a palavra franca ao vereador Anderson Aparecido da Silva solicita providências quanto aos animais soltos nas ruas da cidade, à iluminação pública e às placas caídas na Praça do Garimpeiro. Passada a palavra franca ao vereador Fábio Nunes de Oliveira solicita a instalação de uma placa proibindo o trânsito de veículos pesados na Rua Tijucal, sugerindo que esses veículos sejam direcionados para a nova rua. Além disso, cobra informações sobre as câmeras de vigilância da escola municipal e do CMEI, que não estão funcionando, e finaliza sua fala solicitando a manutenção da Praça Novo Progresso para as devidas melhorias. Passada a palavra franca ao vereador Carlos Roberto Ribeiro questiona e solicita informações sobre a situação da falta de água no município, considerando as dificuldades enfrentadas pela população. Passada a palavra franca ao vereador José Silvano de Oliveira também se manifesta, relatando que tem sido cobrado por municípios sobre as demandas já solicitadas pelos vereadores. Ressalta a importância de que as informações prestadas nesta reunião sejam transmitidas com clareza à população, garantindo transparência e prestação de contas sobre as providências adotadas pelo poder público. Na sequência, o Senhor Presidente concede a palavra à Tribuna Livre, onde o munícipe Fernando Nunes faz uso da palavra para informar que suas dúvidas foram sanadas após a explicação da Assessora Jurídica desta Casa. Ele também destaca a seriedade do problema das Fake News no município, alertando para a necessidade de combater a disseminação de informações falsas. Além disso, solicita ao Líder de Governo a documentação acostada acerca da defesa do Executivo em relação ao andamento do concurso público e agradece a contribuição de todos os vereadores. Concedida também a palavra ao senhor Laynor César, que faz uso da tribuna para parabenizar o

vereador Fábio Nunes, afirmando que, em sua visão, é a primeira vez que um trabalho do vereador está sendo realizado por meio de ofício. Em seguida, pontua que, historicamente, nunca houve preocupação com a questão do abastecimento de água no município e questiona se todos compreendem que houve equívocos no concurso público. Indaga, ainda, por que não houve intervenção quanto a essa demanda anteriormente, considerando que o poder está nas mãos dos representantes. O munícipe também ressalta que, em momentos anteriores, não presenciou questionamentos quando o município realizou um campeonato de futebol sem qualquer apoio, enquanto uma festa privada na cidade foi custeada pela prefeitura. Ele menciona que o problema da água já se arrasta há anos e que não se pode exigir que a nova gestão resolva a situação em apenas dois meses, destacando que, para compreender o descaso de anos anteriores, basta consultar os funcionários responsáveis. Além disso, afirma que não foram deixados materiais ou estruturas nos setores, citando que toda a frota municipal foi encontrada em condições precárias e os sistemas estavam apagados, situação que impacta diretamente a população. Declara que não viu vereadores questionando essas questões e considera uma falta de respeito com os servidores que enfrentam essas dificuldades diariamente. Por fim, menciona que se a prefeitura não destinar recursos para a Secretaria de Esportes, a área ficará prejudicada. Durante a fala, o vereador Fábio Nunes de Oliveira solicita um aparte e esclarece que, em relação à campanha sobre a água, ele não se manifestou anteriormente porque acompanhou as ações da atual gestão sobre o tema. Quanto ao concurso público, explica que seus questionamentos ocorreram por se tratar de um assunto imediato e reforça que não é de seu perfil atacar alguém. Sobre a frota municipal, afirma que anualmente os veículos passam por manutenção no mês de janeiro e que afirmar que a frota está sucateada seria um equívoco, pois todos os veículos foram revisados. Relata, ainda, que não houve transição entre gestões. Ressalta que, no mandato anterior, ele e outros foram alvo de ataques e, ao questionar o concurso público, sofreu retaliação, sendo transferido de seu setor. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, marca a próxima reunião para o dia dez de março e declara encerrada a sessão. Eu, Renato Aires de Oliveira, Secretário, lavrei a presente ata, que, após lida e discutida, será submetida à aprovação e, se aprovada, assinada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Presidente Geraldo Magela da Silva:

Vice Presidente José Silvanio de Oliveira:

Secretário Renato Aires de Oliveira:

Vereador Fábio Nunes de Oliveira:

Vereador Carlos Roberto Ribeiro:

Vereador Anderson Aparecido da Silva:

Vereador Afonso Augusto de Oliveira Neto:

Vereador Joaquim Rodrigues de Jesus:

Vereador José Orlando da Silva: